

Instituto de Apoio à Criança - Açores

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2021

**Modelo SNC-NCRF elaborado
por
DFK & Associados**

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021	3
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2021	4
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2021	5
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de dezembro de 2021	6
• Anexo	
1. Nota introdutória	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
3. Principais políticas contabilísticas	9
4. Ativos fixos tangíveis	14
5. Propriedades de investimento	14
6. Goodwill	14
7. Ativos intangíveis	15
8. Ativos biológicos	15
9. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	15
10. Outros investimentos financeiros	15
11. Créditos a receber	16
12. Ativos e passivos por impostos diferidos	16
13. Inventários	16
14. Clientes	16
15. Estado e outros entes públicos	17
16. Capital subscrito e não realizado	17
17. Outros créditos a receber	17
18. Diferimentos	17
19. Ativos financeiros detidos para negociação	17
20. Outros ativos financeiros	18
21. Outros ativos financeiros	18
22. Caixa e depósitos bancários	18
23. Capital realizado	18
24. Outros instrumentos de capital próprio	18
25. Reserva legal	18
26. Resultados transitados	18
27. Excedentes de revalorização	18
28. Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	19
29. Provisões	19
30. Financiamentos obtidos	19
31. Outras dívidas a pagar	19
32. Fornecedores	20
33. Adiantamentos de clientes	20
34. Outros passivos financeiros	20
35. Vendas e prestações de serviços	20
36. Subsídios à exploração	20
37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros	20
38. Variação nos inventários da produção	20
39. Trabalhos para a própria entidade	20
40. Custo das vendas	21
41. Fornecimentos e serviços externos	21
42. Gastos com o pessoal	21
43. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	21
44. Aumento/redução de justo valor	21
45. Outros rendimentos	22
46. Outros gastos	22
47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22
48. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	22
49. Resultados financeiros	23
50. Partes relacionadas	23
51. Compromissos	23
52. Eventos subsequentes	23
53. Informações exigidas por diplomas legais	23

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

W.M.P.

Instituto de Apoio à Criança - Açores
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.21	31.dez.20
Ativo			
Ativos fixos tangíveis		1 718 760	1 765 714
Propriedades de investimento		-	-
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras - método eq. patrimonial		-	-
Outros investimentos financeiros		664	321
Créditos a receber		1 030 195	1 002 423
Ativos por impostos diferidos		-	-
Total dos Ativos Não Correntes		2 749 620	2 768 458
Inventários		-	-
Ativos biológicos		-	-
Clientes		-	-
Estado e outros entes públicos		-	1 265
Capital subscrito e não realizado		-	-
Outros créditos a receber		4 361	3 604
Diferimentos		-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários		461 965	323 022
Total dos Ativos Correntes		466 326	327 891
		3 215 946	3 096 349
Capitais Próprios			
Capital subscrito		-	-
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas legais		-	-
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		180 310	177 891
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio		2 410 483	2 450 006
Resultado líquido do exercício		4 000	2 418
Interesses que não controlam		-	-
Total dos Capitais Próprios		2 594 793	2 630 309
Passivo			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras dívidas a pagar		78 475	-
Total dos Passivos Não Correntes		78 475	-
Fornecedores		3 529	1 188
Adiantamento de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos		11 392	12 677
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar		259 872	175 971
Diferimentos		267 885	276 204
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Total dos Passivos Correntes		542 678	466 040
Total do Passivo		621 153	466 040
		3 215 946	3 096 349

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Ponta Delgada, 19 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luc Melo

A ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Instituto de Apoio à Criança - Açores

**Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.dez.21</u>	<u>31.dez.20</u>
Vendas e serviços prestados		-	-
Subsídios à exploração		629 920	620 703
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(6 153)	(5 258)
Fornecimentos e serviços externos		(77 939)	(84 408)
Gastos com o pessoal		(543 990)	(526 119)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos		51 822	10 765
Outros gastos		(515)	(3 965)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		53 145	11 718
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(49 144)	(9 300)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 000	2 418
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		4 000	2 418
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		4 000	2 418
Resultado por ação básico		-	-

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Ponta Delgada, 19 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Mel

A ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Instituto de Apoio à Criança - Açores
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.dez.21</u>	<u>31.dez.20</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		633	3 546
Pagamentos a fornecedores		(75 598)	(110 001)
Pagamentos ao pessoal		(544 158)	(519 772)
Caixa gerada pelas operações		<u>(619 123)</u>	<u>(626 227)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2 016	(2 428)
Outros recebimentos/pagamentos		751 723	1 082 035
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		<u>134 616</u>	<u>453 380</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3 739)	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(342)	(148)
Outros ativos		-	(453 991)
		<u>(4 081)</u>	<u>(454 139)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		90	120
Subsídios ao investimento		8 318	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
		<u>8 408</u>	<u>120</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		<u>4 327</u>	<u>(454 019)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		<u>-</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>138 943</u>	<u>(639)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>323 022</u>	<u>252 107</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>461 965</u>	<u>323 022</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Ponta Delgada, 19 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Melo

A ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]

Instituto de Apoio à Criança - Açores

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2021

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2021	1	-	-	-	-	-	-	177 891	-	2 450 000	2 418	2 630 309	-	2 630 309
Alterações no período														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	2 418	-	(39 517)	(2 418)	(39 517)	-	(39 517)
	2	-	-	-	-	-	-	2 418	-	(39 517)	(2 418)	(39 517)	-	(39 517)
Resultado Líquido do Período	3										4 000	4 000	-	4 000
Resultado Integral	4 = 2 + 3										1 582	(35 517)	-	(35 517)
Operações com detentores de capital próprio														
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2021	6 = 1 + 2 + 3 + 5	-	-	-	-	-	-	180 309	-	2 410 483	4 000	2 594 792	-	2 594 792

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Ponta Delgada, 19 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Melo

A ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Instituto de Apoio à Criança - Açores

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2020	1	-	-	-	-	-	-	170 112	-	2 450 000	7 779	2 627 891	-	2 627 891
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	7 779	-	-	(7 779)	-	-	-
	2	-	-	-	-	-	-	7 779	-	-	(7 779)	-	-	-
Resultado Líquido do Período	3										2 418	-	-	2 418
Resultado Integral	4 = 2 + 3										(5 361)	-	-	2 418
Operações com detentores do capital próprio														
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2020	6 = 1 + 2 + 3 + 5	-	-	-	-	-	-	177 891	-	2 450 000	2 418	2 627 891	-	2 630 309

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Ponta Delgada, 19 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Melo

A ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Instituto de Apoio à Criança - Açores

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Instituto de Apoio à Criança - Açores foi constituído em 1995, tem a sua sede no Caminho da Levada, n.º 170, em Ponta Delgada. O IAC-Açores tem como atividade principal a intervenção na área social no que diz respeito ao apoio às crianças e jovens.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Na preparação das suas demonstrações financeiras a Entidade está sujeita ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e demais legislação complementar, respeitantes às Entidades do Sector Não Lucrativo.

Adotou-se a apresentação das suas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (SNC NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Lu.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo normativo SNC-NCRF.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição. Quanto se justifique, as mesmas registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das

Lu.

propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento”. No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são ser amortizados num período máximo de 10 anos. A vida útil de um ativo intangível é revista a cada período para determinar se os acontecimentos e circunstâncias continuam a apoiar uma avaliação de vida útil indefinida para esse ativo.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Entidade tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica ‘Investimentos financeiros em equivalência patrimonial’.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado “Goodwill”, sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa (“Badwill”), é registada na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Entidade nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo ‘Provisões’ para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

O Goodwill é amortizado, no período da sua vida útil (ou no prazo de 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade).

3.6. Imposto sobre o rendimento

A Entidade não se encontra sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários os casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta, gastos gerais e ainda encargos com o financiamento.

3.8. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.9. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados “Outros investimentos” e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.10. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes ativos são classificados como “ativos não correntes”, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.11. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.12. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.13. Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.15. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.16. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.17. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Entidade reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar

luj.

a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.18. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos sujeitos a depreciação estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

WU.

Instituto de Apoio à Criança - Açores
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2021

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2021 e de 2010 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2021

	Saldo em 01-jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-21
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	314 100	-	-	1 480 656	-	1 794 756
Equipamento básico	46 706	999	-	-	-	47 705
Equipamento de transporte	102 359	-	-	-	-	102 359
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	122 318	58 475	-	-	-	180 793
Outros ativos fixos tangíveis	1 144	-	-	-	-	1 144
Investimentos em curso	1 537 939	-	-	(1 537 939)	-	-
	<u>2 124 566</u>	<u>59 474</u>	<u>-</u>	<u>(57 283)</u>	<u>-</u>	<u>2 126 757</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	93 399	35 844	-	-	-	129 243
Equipamento básico	45 978	334	-	-	-	46 312
Equipamento de transporte	102 359	-	-	-	-	102 359
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	115 972	12 966	-	-	-	128 938
Outros ativos fixos tangíveis	1 144	-	-	-	-	1 144
	<u>358 852</u>	<u>49 144</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>407 996</u>
Valor total líquido	<u>1 765 714</u>	<u>10 330</u>	<u>-</u>	<u>(57 283)</u>	<u>-</u>	<u>1 718 761</u>

31 de dezembro de 2020

	Saldo em 01-jan-20	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-20
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	314 100	-	-	-	-	314 100
Equipamento básico	46 706	-	-	-	-	46 706
Equipamento de transporte	102 359	-	-	-	-	102 359
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	119 701	2 617	-	-	-	122 318
Outros ativos fixos tangíveis	1 144	-	-	-	-	1 144
Investimentos em curso	1 520 735	17 204	-	-	-	1 537 939
	<u>2 104 745</u>	<u>19 821</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 124 566</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	87 168	6 231	-	-	-	93 399
Equipamento básico	45 769	209	-	-	-	45 978
Equipamento de transporte	102 359	-	-	-	-	102 359
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	113 112	2 860	-	-	-	115 972
Outros ativos fixos tangíveis	1 144	-	-	-	-	1 144
	<u>349 552</u>	<u>9 300</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>358 852</u>
Valor total líquido	<u>1 755 193</u>	<u>10 521</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 765 714</u>

5. Propriedades de investimento

Nada a relatar.

6. Goodwill

Nada a relatar.

lu

Os valores a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 eram os seguintes:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Acções da empresa A	-	-
Acções da empresa B	-	-
Fundos de Compensação do Trabalho	663	321
Outras	-	-
	<u>663</u>	<u>321</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

11. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Créditos a receber" apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Ativo		
Utentes do CATL	-	2 959
Pedro Seixas Antão	6 800	6 800
Caução renda CATL	-	-
	<u>6 800</u>	<u>9 759</u>

O valor a receber relativo aos utentes do CATL, no valor de 3.092,25€, foi assumido como custo da Entidade. Tal decorreu da Valência ter sido encerrada bem como da ineficácia da Entidade em cobrar tal valor que já vinha de anos anteriores.

12. Ativos e passivos por impostos diferidos

Nada a relatar.

13. Inventários

Nada a relatar.

14. Clientes

Nada a relatar.

luy.

15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	1 265
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>-</u>	<u>1 265</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2 203	2 344
Segurança Social	9 189	9 990
Outros impostos e taxas	-	24
	<u>11 392</u>	<u>12 358</u>

16. Capital subscrito e não realizado

Nada a relatar.

17. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-dez-21</u>		<u>31-dez-20</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	240	-	73
Outros	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>240</u>	<u>-</u>	<u>73</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>240</u>	<u>-</u>	<u>73</u>

18. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	267 885	276 204
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>267 885</u>	<u>276 204</u>

Os valores dizem respeito a verbas recebidas para investimento, que vão sendo reconhecidos como rendimentos ao longo da utilização dos respectivos activos.

19. Ativos financeiros detidos para negociação

Nada a relatar.

luy.

20. Outros ativos financeiros

Nada a relatar.

21. Outros ativos financeiros

Nada a relatar.

22. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Caixa	850	950
Depósitos à ordem	459 203	320 159
Depósitos à prazo (i)	1 912	1 912
(...)	-	-
Outras	-	-
	<u>461 965</u>	<u>323 021</u>

23. Capital realizado

Nada a relatar.

24. Outros instrumentos de capital próprio

Nada a relatar.

25. Reserva legal

Nada a relatar.

26. Resultados transitados

Nada a relatar.

27. Excedentes de revalorização

Nada a relatar.

huy.

28. Ajustamentos/ outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Diferenças de conversão das demonstrações financeira	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	2 410 483	2 450 000
Doações	-	-
Outras	-	-
	<u>2 410 483</u>	<u>2 450 000</u>

O valor diz respeito à verba atribuída para construção e apetrechamento do novo edifício sede da Entidade, que é ajustado anualmente em função da imputação dos subsídios de investimento, registados como rendimento.

29. Provisões

Nada a relatar.

30. Financiamentos obtidos

Nada a relatar.

31. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Outras dívidas a pagar” tinha os seguintes valores:

	<u>31-dez-21</u>		<u>31-dez-20</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Abonos - Segurança Social	-	25 034	-	20 112
Acordos de Cooperação	-	256 331	-	153 769
Outras contas a pagar	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>281 365</u>	<u>-</u>	<u>173 881</u>

A rubrica “Abonos - Segurança Social” reflete os abonos de família dos utentes do Caminho transferidos pela Segurança Social.

Os valores de “Acordos de Cooperação” referem-se aos ajustes realizados no final de cada ano, respeitando a especialização do exercício, e refletem os montantes gastos a mais ou a menos face aos valores protocolados.

Luís

32. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-21		31-dez-20	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	3 529	-	1 188	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-	-	-
Fornecedores de investimento	449	-	1 998	-
	3 978	-	3 186	-

33. Adiantamentos de clientes

Nada a relatar.

34. Outros passivos financeiros

Nada a relatar.

35. Vendas e prestações de serviços

Nada a relatar.

36. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2021 e de 2020 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-dez-21	31-dez-20
ISSA	629 883	616 806
Dir. Regional Juventude	-	-
Instituto de Reinserção Social	-	-
Câmara Municipal de Ponta Delgada	-	-
Outros subsídios e donativos	3 129	3 898
	633 012	620 704

37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

Nada a relatar.

38. Variação nos inventários da produção

Nada a relatar.

39. Trabalhos para a própria entidade

Nada a relatar.

Handwritten signature

40. Custo das vendas

Nada a relatar.

41. Fornecimentos e serviços externos

Os valores mais relevantes dos fornecimentos e serviços externos, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram os seguintes:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	21 428	22 297
Energia e fluídos	10 967	11 952
Materiais	6 667	6 037
Conservação e reparação	4 931	5 195
Serviços diversos (*)	38 105	44 123
Limpeza, higiene e conforto	19 692	21 932
Rendas e alugueres	8 331	9 600
Comunicações	5 042	5 949
Outros	1 875	3 540
Seguros	3 165	3 102
	<u>82 098</u>	<u>89 604</u>

42. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	444 944	430 615
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	92 614	89 478
Seguros	4 165	4 136
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	2 266	1 890
	<u>543 989</u>	<u>526 119</u>

Com remunerações declaradas em novembro, em 2021 havia 33 trabalhadores, e no ano de 2020 havia 30.

43. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Nada a relatar.

44. Aumento/redução de justo valor

Nada a relatar.

lu.

45. Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Rendimentos suplementares	633	1 310
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros:	-	1 170
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	90	150
Outros rendimentos e ganhos	51 099	8 135
	<u>51 822</u>	<u>10 765</u>

Realça-se, em 2021, o montante de 47.835,76€3 relativo à imputação dos subsídios de investimento.

46. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Impostos	-	3 347
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	3 607	618
Quotizações	375	374
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	94
Outros	3 232	150
	<u>3 607</u>	<u>3 965</u>

Na rubrica “Outros gastos e perdas – outros” estão incluídos 3.092,25€, respeitantes a mensalidades da Valência CATL que a Entidade nunca chegou a receber e, por consequência, deram-se como perdas por força da sua antiguidade.

47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-20</u>			<u>31-dez-19</u>		
	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	9 300	-	9 300	9 709	-	9 709
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>9 300</u>	<u>-</u>	<u>9 300</u>	<u>9 709</u>	<u>-</u>	<u>9 709</u>

48. Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Nada a relatar.

WU

49. Resultados financeiros

Nada a relatar.

50. Partes relacionadas

Nada a relatar.

51. Compromissos

Nada a relatar.

52. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

53. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

IAC – INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA – AÇORES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados

O Conselho Fiscal apresenta em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos, o seu parecer sobre o Relatório de Gestão da Direção, o balanço em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração dos Resultados Líquidos e o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Examinados os referidos documentos e não tendo tomado conhecimento de qualquer situação ou deliberação que fosse contrária aos normativos em vigor, na opinião deste Conselho, as Demonstrações Contabilísticas Financeiras transmitem imparcial e apropriadamente a situação financeira do IAC – Instituto de Apoio à Criança, em 31 de dezembro de 2021, estão preparados de acordo com conceitos e princípios contabilísticos geralmente aceites.

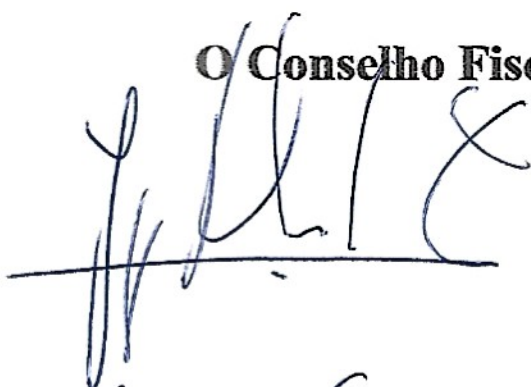
Nestes termos, propomos:

Que sejam aprovados o relatório, Balanço, Demonstração de Resultados Líquidos e respetivos anexos, relativos ao exercício de 2021.

O Conselho Fiscal agradece à Direção a excelente colaboração que lhe foi prestada.

Ponta Delgada, 20 de junho de 2022

O Conselho Fiscal



Maria João Vieira

